



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RESOLUÇÃO N. 39, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005 fl 1

Altera o Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PRÓ-SER**, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 68 do Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 62, de 18 de setembro de 1992, e tendo em vista decisão do referido Conselho em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2005,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar os artigos 7º, 8º; 10, 12, 14, 17, 21, 23, 24, 26, 29; 31; 32; 33, 36, 39, 48, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72 e 74 do Regulamento Geral do PRÓ-SER, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....

III - .....

§ 5º Os dependentes a que se referem os incisos I e II deste artigo, excluídos os dos ocupantes de cargo em comissão de investidura originária, poderão, mediante avaliação da área de Recursos Humanos, ser incluídos no PRÓ-SER como beneficiários provisórios, na forma dos parágrafos 2º e 3º deste artigo, no período compreendido entre a data do óbito do instituidor e a da efetiva concessão da pensão.

Art. 8º .....

§ 1º .....

III - .....

a) documento de identidade do pretense dependente, declaração de coabitação, por mais de dois anos consecutivos, assinada pelos interessados e por duas testemunhas e comprovação atualizada de residência única ratificada por dois dos meios probantes abaixo especificados ou por outros que a Administração venha a exigir:

1 - .....

2 - declaração de rendimentos apresentada à Receita Federal onde se comprove a relação de dependência;

3 - justificação judicial;

4 - testemunhos de vizinhos;

5 - certidão de casamento religioso;

6 - disposições testamentárias;

7 - qualquer outro elemento capaz de firmar convicção da existência da união de fato.

.....

c) A inclusão de novo(a) companheiro(a) somente poderá ocorrer após dois anos da exclusão do PRÓ-SER do(a) companheiro(a) ou cônjuge anterior.

.....

§ 4º A inscrição dos dependentes previstos neste artigo será feita na área de Benefícios, mediante apresentação de documentos e desde que preenchidos os requisitos definidos em ato próprio.

.....  
Art. 10. Para obter inscrição no PRÓ-SER, o beneficiário titular deverá comparecer à área de Benefícios para preenchimento, conforme o caso, dos seguintes documentos:

Parágrafo único. A área de Benefícios se reserva o direito de solicitar, se necessário, ao pretendente à inscrição a apresentação de documentos complementares que comprovem a condição de beneficiário do Programa.

.....  
Art. 12. A implantação e a manutenção no PRÓ-SER, em razão da natureza dos recursos que absorve, obedecerão às seguintes prioridades:

I - .....

b) assistência odontológica;

II - .....

c) benefícios sociais, tais como, assistência farmacêutica, material escolar, assistência psicopedagógica, assistência funeral, tratamento fora do domicílio e auxílio para órteses, próteses e implementos médico-odonto-hospitalares.

.....  
Art. 14. Em caso de desligamento do PRÓ-SER, deverão ser devolvidas à área de Benefícios as carteiras de identificação para utilização do PRÓ-SER, do titular e de seus dependentes, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

I - nos desligamentos decorrentes das hipóteses previstas nos incisos I, II, IV, V, VII e VIII do art. 9º:

a) .....

b) a formalização dos atos e procedimentos somente ocorrerá após o "nada consta" da área de Benefícios;

II - .....

§ 1º Na impossibilidade de se efetivar o desconto, o servidor comprometer-se-á, por meio de preenchimento de formulário próprio, a comparecer à área de Benefícios, até o quinto dia útil de cada mês, para efetuar o pagamento da parcela, procedendo, assim, até a quitação total do débito.

§ 2º Caso o servidor resida fora do Distrito Federal, comprometer-se-á, através de preenchimento de formulário próprio, a enviar à área de Benefícios, até o quinto dia útil de cada mês, comprovante de depósito da parcela mensal em conta do Superior Tribunal de Justiça ou do PRÓ-SER, conforme o caso, procedendo, assim, até a quitação total do débito.

§ 3º .....

III - nos desligamentos decorrentes da hipótese prevista nos incisos IX e X do art. 9º, com continuidade de gozo dos direitos funcionais:

a) .....

b) a autorização para o reingresso somente será concedida transcorridos seis meses contados da data do pedido de cancelamento, observando-se ainda os períodos de carência previstos no art. 15, conforme a situação;

.....  
Art. 17. A Assistência Direta é inteiramente gratuita e será realizada nas dependências do STJ, por profissionais do seu quadro de pessoal, voltada basicamente para atendimento ambulatorial, pronto atendimento, emergência, perícias, licenças médicas e exames médicos periódicos.

.....  
Art. 21. Ao optar pela Assistência Indireta Dirigida, o beneficiário do PRÓ-SER deverá apresentar-se ao profissional ou à instituição credenciados, munido da carteira de beneficiário, fornecida pela área de Benefícios.

.....

Art. 23. Nos casos de urgência comprovada, implicando internação imediata ou socorro aos sábados, domingos, feriados ou fora do horário de expediente, o beneficiário adotará, por iniciativa própria, as providências que lhe forem exigidas na ocasião do internamento, devendo solicitar à área de Benefícios, no primeiro dia útil subsequente ao da internação, a necessária autorização.

Art. 24 .....

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, somente se fará a transferência após autorização do serviço de Saúde do STJ, ficando assegurada a quitação integral das etapas de tratamento cumpridas pelo profissional ou instituição anterior.

.....

Art. 26 .....

§ 1º Comprovada a necessidade de realização do tratamento solicitado fora do domicílio, o PRÓ-SER auxiliará nas despesas com passagem, hospedagem, alimentação e transporte do beneficiário e de seu acompanhante, caso necessário, com os recursos previstos nos incisos II e III do art. 63, conforme ato próprio.

.....

Art. 29 .....

.....

I - instituições de saúde credenciadas junto ao PRÓ-SER, mediante autorização do serviço de saúde do STJ;

II - instituições de saúde credenciadas junto ao PRÓ-SER, mediante autorização da área de Benefícios, nos casos em que se requeira autorização para atendimentos e/ou internações em caráter de urgência/emergência; atendimentos e/ou internações eletivos fora do Distrito Federal; e exames que requeiram autorização prévia, exceto quando o pedido seja de profissional do STJ.

III - instituições não-credenciadas, de livre escolha, com despesas sob a responsabilidade direta do beneficiário, com direito ao reembolso, nos termos dos arts. 27 e 28.

.....

Art. 31. A internação para tratamento psiquiátrico será efetuada mediante indicação de sua necessidade por médico especialista, devendo ser autorizada pelo serviço de saúde do STJ.

Art. 32. Em situações passíveis de correção cirúrgica, após laudo técnico, aprovado pelo serviço de saúde do STJ, poderão ser permitidas plásticas reparadoras.

Art. 33.....

.....

Parágrafo Único. Os tratamentos previstos neste artigo, quando ultrapassarem o limite de dez sessões mensais, deverão ser autorizados conforme regulamentação em ato próprio.

.....

Art. 36 .....

.....

Parágrafo Único. Na Assistência Direta, serão atendidos somente os casos de perícias, emergências e especialidades disponíveis no serviço de saúde do STJ.

.....

Art. 39 .....

.....

§ 2º O beneficiário dirigir-se-á, em seguida, ao setor odontológico do serviço de saúde do STJ, para perícia, nos casos em que a administração do PRÓ-SER o exigir.

.....

Art. 48. Poderão ser oferecidos aos beneficiários do PRÓ-SER os seguintes programas, observado o disposto no art. 11, mediante regulamentação por ato próprio:

.....

Art. 61. As despesas com a Assistência Direta e Indireta serão cobertas, preferencialmente com recursos orçamentários do STJ, sendo suplementados pelos recursos do PRÓ-SER quando necessário.

I - no caso da Assistência Indireta Dirigida, o STJ receberá os documentos comprobatórios das despesas realizadas e, após a sua conferência, fará o pagamento integral, conforme tabelas pactuadas em contrato; a parcela correspondente à participação do beneficiário titular no preço do serviço será descontada na forma prevista no § 1º do art. 63;

II - no caso da Assistência Indireta de Livre Escolha, o STJ fará o reembolso das despesas de acordo com as tabelas do Programa nos mesmos parâmetros fixados para a Assistência Indireta Dirigida;

Art. 62. Os Benefícios Sociais terão seus custos cobertos com recursos próprios do PRÓ-SER, consoante disposições deste Regulamento e nos atos que os regulamentam.

.....  
Art. 63 .....

§ 2º .....

III - na área de Benefícios Sociais, conforme regulamentação própria de cada Programa.

.....  
Art. 64. Na Assistência Indireta de Livre Escolha, o beneficiário será reembolsado com base nas tabelas utilizadas pelo PRÓ-SER para a rede credenciada, ressalvados os casos previstos em regulamentação própria, devidamente autorizados pelo serviço de saúde do STJ.

Art. 65. Os recursos de que tratam os incisos II e III do art. 63 serão aplicados em contas específicas no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, geridas pela área de Orçamento e Finanças, com base nas decisões do Conselho Deliberativo do PRÓ-SER.

Art. 66 .....

.....  
II - pela Secretaria do Tribunal.

Art. 67. O Conselho Deliberativo será constituído por dois representantes da Classe dos Magistrados, por dois representantes da Classe dos Servidores, pelos titulares das seguintes unidades: Secretaria do Tribunal, Secretarias de Administração e Finanças, de Serviços de Saúde, de Recursos Humanos e Subsecretaria de Orçamento e Finanças.

.....  
Art. 68 .....

.....  
VI - apreciar as propostas de cancelamento de ofício de inscrição do beneficiário titular encaminhadas pela área de Benefícios;

.....  
Art. 69 .....

.....  
Parágrafo Único.....

III - o Diretor-Geral;

.....  
Art. 72. À Secretaria do Tribunal compete:

.....  
III - autorizar o pagamento das despesas com a assistência e os benefícios regularmente instituídos;

.....  
Art. 74. ....

.....  
§ 2º A documentação referente às despesas realizadas, na forma do parágrafo anterior, será apresentada à área de Benefícios, para fins de reembolso, que

---

será feito com base nas tabelas específicas do PRÓ-SER, em vigor na data da execução dos serviços."

Art. 2º Ficam revogados os artigos 49 a 60.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS  
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

(\*) Republicado por ter saído com incorreção no original.